

Executivo perde 10% para outros Poderes

Nos últimos dez anos, Legislativo e Justiça aumentaram participação na receita em São Paulo

MARIANA CAETANO

Legislativo, Judiciário e Ministério Público dizem ter atendido ao apelo do governador Mário Covas e preparado orçamentos "austeros" para 96. E garantem que reduziram as propostas iniciais após discutir com o secretário de Planejamento André Franco Montoro Filho. Ele concordou. "Tivemos uma negociação dura", relatou. "Chegamos a valores que não me deixaram feliz, mas também não os deixaram felizes."

Assessores do governador acre-

ditam, porém, que poderiam ser mais econômicos. "Estão gastando demais", diz um deles. Ao apresentar o Orçamento, Covas disse que desde 1985 o Executivo perdeu 10% da participação na receita do ICMS para os três e que isso contribui para desequilibrar as contas. O Legislativo recebia 0,88% do ICMS em 85 e este ano deve ficar com 1,79%. O Judiciário passou de 3,72% para 10,86%. E o Ministério Público, de 0,79% para 3,23%.

O corte nos orçamentos limitou-se às despesas correntes e de investimentos. As maiores, de pessoal, não podem ser mudadas por conta da estabilidade. Os salários do Legislativo, Judiciário e Ministério Público devem ficar em R\$ 2,2 bilhões. A intenção de Montoro era que os três reduzissem as despesas

em 96, mas apenas a Assembleia Legislativa planeja gastar menos que em 95. "O número de deputados aumentou de 84 para 94 e não compramos nada novo", conta o presidente, Ricardo Tripoli (PSDB).

Alguns deputados culpam o TCE, vinculado à Assembleia. "Enquanto 94 recebem R\$ 6 mil, os 7 conselheiros recebem R\$ 12 mil", protestam. "Reduzimos nossa proposta inicial em 11,6% com despesas correntes e em 58,6% sobre investimentos", responde o chefe de gabinete do TCE, Agni Borragini.

O orçamento do Ministério Pú-

blico será de cerca de R\$ 23 milhões. A proposta inicial era R\$ 29 milhões. "De todos os que estão no reparte do ICMS, o MP foi o único que recebeu novas funções com a

Constituição de 1988", alega o procurador-geral de Justiça, Emmanuel Burle Filho.

O presidente do Tribunal de Justiça, José Alberto Weiss de Andrade, usa o argumento do "crescimento vegetativo natural"

do Judiciário para explicar a quase triplicação de sua parte no ICMS. Ele espera ter um orçamento de R\$ 100 milhões. O valor inicial era de R\$ 146 milhões.

GOVERNO
ACHOU
CORTES
INSUFICIENTES